

**A paisagem ribeirinha amazônica como um espaço construído pela
memória**

Andréa Nazaré Barata de Araújo

Doutoranda em Biodiversidade e Biotecnologia
Universidade Federal do Pará, Brasil
andrea.barata@unifesspa.edu.br
ORCID iD 0000-0001-8284-0801

Maria das Graças Ferraz Bezerra

Professora; Pesquisadora Titular
Instituto Tecnológico Vale, Brasil
maria.gracas.ferraz.bezerra@itv.org
ORCID iD 0000-0002-0597-3165

A paisagem ribeirinha amazônica como um espaço construído pela memória

RESUMO

Objetivo - Discutir a construção social dos espaços e das paisagens dentro do desenho urbano amazônico, com foco em compreender como o uso e a apropriação dos espaços são influenciados pelos vínculos que são criados entre a sociedade e a estrutura física das cidades, utilizando como estudo de caso a área urbanizada de Afuá (PA) para ilustrar essas dinâmicas.

Metodologia – A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, estruturada em duas frentes principais: A revisão bibliográfica e um estudo de caso. A revisão, cuja abordagem teórica se fundamenta no conceito de espacialização e em como aconteceu a ocupação das cidades amazônicas, usa como base teórica principal a obra de Milton Santos, sobre o espaço como condição de cidadania, complementada por outros autores que discutem a territorialização e urbanização regional; Os procedimentos técnicos para a pesquisa de campo em Afuá partiram da aplicação de checklists e registros fotográficos das condições paisagísticas, além da análise remota da mancha urbana e infraestrutura por meio do Google Earth.

Originalidade/relevância – O artigo faz uma crítica à universalização dos modelos e infraestruturas urbanas, enfatizando a aplicação de elementos exógenos na paisagem Amazônica e que ignoram as particularidades locais, em detrimento das singularidades ribeirinhas e vernaculares, onde a composição da paisagem é plenamente adaptada ao espaço alagado.

Resultados – O texto aponta um risco à paisagem urbana, quando identifica uma transição recente do uso da madeira para o concreto, motivada pela escassez e encarecimento do material, o que ameaça a identidade cultural e a relação harmoniosa com as águas. Aponta-se uma lacuna na compreensão da cidade amazônica, onde o planejamento urbano muitas vezes prioriza o consumidor em detrimento do cidadão, evidenciando a necessidade de ver a urbanização amazônica como um processo de resistência e ressignificação cultural.

Contribuições teóricas/metodológicas - O estudo reforça a ideia de que a organização do espaço em comunidades amazônicas não deve ser vista como precária, mas sim como uma estratégia urbanística funcional e detentora de intenção cultural, onde as "estivas" são apresentadas como um símbolo de resistência cultural amazônica.

Contribuições sociais e ambientais - O estudo evidencia que o direito à cidade é pleno quando se considera o saber ancestral e a adaptabilidade das comunidades nos processos de planejamento urbano. Ao tratar a paisagem como recurso para o exercício da cidadania de orientação para enfrentamentos climáticos como a elevação do nível das águas, o trabalho contribui para o debate sobre o direito à cidade e o desenvolvimento regional sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia. Paisagem urbana. Comunidades ribeirinhas.

The Amazonian riverside landscape as a space built by memory

ABSTRACT

Objective – To discuss the social construction of spaces and landscapes within Amazonian urban design, focusing on understanding how the use and appropriation of spaces are influenced by the bonds created between society and the physical structure of cities, using the urbanized area of Afuá (PA) as a case study to illustrate these dynamics.

Methodology – The research adopts a qualitative and interdisciplinary approach, structured into two main fronts: a literature review and a case study. The review, whose theoretical approach is based on the concept of spatialization and the history of occupation in Amazonian cities, uses the work of Milton Santos on space as a condition of citizenship as its primary theoretical basis, complemented by other authors discussing regional territorialization and urbanization. Technical procedures for field research in Afuá included the application of checklists and photographic records of landscape conditions, as well as remote analysis of the urban footprint and infrastructure via Google Earth.

Originality/Relevance – The article criticizes the universalization of urban models and infrastructures, emphasizing the application of exogenous elements in the Amazonian landscape that ignore local particularities, to the detriment of riverside and vernacular singularities, where the composition of the landscape is fully adapted to the flooded space.

Results – The text points out a risk to the urban landscape, when it identifies a recent transition from the use of wood to concrete, motivated by the scarcity and increase in the price of the material, which threatens cultural identity and the harmonious relationship with water. A gap in the understanding of the Amazonian city is pointed out, where urban planning often prioritizes the consumer to the detriment of the citizen, evidencing the need to see Amazonian urbanization as a process of resistance and cultural resignification.

Theoretical/Methodological Contributions – The study reinforces the idea that the organization of space in Amazonian communities should not be seen as precarious, but rather as a functional urban strategy possessing cultural intent, where the "estivas" (stilted wooden walkways) are presented as a symbol of Amazonian cultural resistance.

Social and Environmental Contributions – The study demonstrates that the right to the city is fully realized when ancestral knowledge and community adaptability are considered in urban planning processes. By treating the landscape as a resource for exercising citizenship and as a guide for addressing climate challenges, such as rising water levels, the work contributes to the debate on the right to the city and sustainable regional development.

KEYWORDS: Amazon. Urban landscape. Riverside communities.

El paisaje ribereño amazónico como un espacio construido por la memoria

RESUMEN

Objetivo – Discutir la construcción social de los espacios y de los paisajes dentro del diseño urbano amazónico, con el fin de comprender cómo el uso y la apropiación de los espacios están influenciados por los vínculos que se crean entre la sociedad y la estructura física de las ciudades, utilizando como estudio de caso el área urbanizada de Afuá (PA) para ilustrar estas dinámicas.

Metodología – La investigación adopta un enfoque cualitativo e interdisciplinario, estructurado en dos frentes principales: la revisión bibliográfica y un estudio de caso. La revisión, cuyo enfoque teórico se fundamenta en el concepto de espacialización y en cómo ocurrió la ocupación de las ciudades amazónicas, utiliza como base teórica principal la obra de Milton Santos sobre el espacio como condición de ciudadanía, complementada por otros autores que discuten la territorialización y urbanización regional. Los procedimientos técnicos para la investigación de campo en Afuá partieron de la aplicación de checklists y registros fotográficos de las condiciones paisajísticas, además del análisis remoto de la mancha urbana e infraestructura mediante Google Earth.

Originalidad/Relevancia – El artículo critica la universalización de los modelos urbanos y las infraestructuras, enfatizando la aplicación de elementos exógenos en el paisaje amazónico que ignoran particularidades locales, en detrimento de las singularidades ribereñas y vernáculos, donde la composición del paisaje está completamente adaptada al espacio inundado.

Resultados – El texto señala un riesgo para el paisaje urbano al identificar una transición reciente del uso de la madera al hormigón, motivada por la escasez y el aumento del precio del material, que amenaza la identidad cultural y la relación armoniosa con el agua. Se señala una brecha en la comprensión de la ciudad amazónica, donde la planificación urbana a menudo prioriza al consumidor en detrimento del ciudadano, evidenciando la necesidad de ver la urbanización amazónica como un proceso de resistencia y resignificación cultural.

Contribuciones Teóricas/Metodológicas – El estudio refuerza la idea de que la organización del espacio en comunidades amazónicas no debe verse como precaria, sino como una estrategia urbanística funcional y poseedora de intención cultural, donde las "estivas" (pasarelas de madera) se presentan como un símbolo de resistencia cultural amazónica.

Contribuciones Sociales y Ambientales – El estudio evidencia que el derecho a la ciudad es pleno cuando se considera el saber ancestral y la adaptabilidad de las comunidades en los procesos de planificación urbana. Al tratar el paisaje como un recurso para el ejercicio de la ciudadanía y como orientación para enfrentar desafíos climáticos como la elevación del nivel de las aguas, el trabajo contribuye al debate sobre el derecho a la ciudad y el desarrollo regional sostenible.

PALABRAS CLAVE: Amazonía. Paisaje urbano. Comunidades ribereñas.

RESUMO GRÁFICO

Figura 1 – Resumo gráfico com os principais tópicos abordados no artigo.



Fonte: Autora, 2026.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo traz reflexões sobre como as paisagens e os espaços urbanos na Amazônia reforçam sua importância social de acordo com as formas de apropriação popular, numa formação de cenários que carrega a história do lugar e as memórias do seu povo. Debater sobre esse tema requer uma análise sob diferentes perspectivas culturais, políticas, sociais e ambientais para compreensão da paisagem como um espaço de ressignificação.

A Amazônia é um espaço que precisa ser conceituado para que se possa compreender algumas particularidades regionais. Para Santos (2006), o espaço é um conjunto de sistemas de objetos e de ações que não se dissociam, não sendo estático, tampouco neutro: está em constante transformação, não permitindo neutralidade ou estagnação. É formado pelas ações humanas e a constante mudança entre as suas relações. Dessa forma, espacializar algo é compreender o diálogo multidimensional entre as infraestruturas, as práticas socioeconômicas, políticas, as tecnologias e de que forma a interrelação destes elementos muda os cenários ao longo do tempo. São as metamorfoses que o autor trata (Santos, 2025).

Santos (2025) propõe que analisar o espaço deve ser feito considerando a materialidade daquilo que é visível, como as construções, as paisagens e os usos sociais e econômicos que são atribuídos a esses elementos; da mesma forma, sugere avaliar a organização criada com essas relações espaciais, cujo valores também são imateriais. As cidades são expressões dos modos de produção, que muitas vezes evidenciam de que houve quebras à medida que se alteram os modos de vida e de relação com o território. Dessa forma, o espaço é um meio ativo. As cidades, fruto desse meio e os espaços livres, agentes dessas relações.

Aqui, identifica-se um ponto dos muitos pontos em comum entre Santos (2023) e Becker (2013), que afirma que as cidades são mais do que territórios: são processos que independem do tamanho da população ou do espaço físico para acontecer. Nesse sentido, é válido ressaltar que Santos (2025) ainda trata o espaço como uma produção baseada em disputas ideológicas, que pode representar discursos nas diversas formas de apropriação e uso. Santos (2024), afirma que grupos populares tentam ressignificar o espaço e resistir, e que esse entendimento sobre como se apropriar das cidades é fundamental para o direito à cidadania.

A urbanização e o êxodo rural no Brasil incentivaram que muitos indivíduos perdessem suas raízes e seus direitos elementares e, por vezes, o contato com a sua cultura de origem. A cidadania, segundo Santos (2024), se consagra pelo respeito ao indivíduo e pelo seu direito à cultura, sendo um ato representativo de mudança. A fala de Milton traz à tona uma realidade que nos faz refletir sobre quantos amazônidas são capazes de exercer sua cidadania no meio ambiente urbano, quanto se resume o planejamento das urbes como algo que beneficia o consumidor da cidade, mas não necessariamente o cidadão. Sendo assim, é importante refletir como as paisagens urbanas conseguem espelhar culturas, e como conseguem se tornar um recurso para a cidadania sob o reflexo das particularidades sociais das comunidades, de acordo com a forma como as apropriações acontecem.

Pensar a paisagem nas cidades da Amazônia, de maneira crítica e interdisciplinar, nos faz ver o espaço amazônico como um ambiente muitas vezes manipulado, cujos interesses externos do capital global imprimiram muitos contrastes urbanísticos intrarregionais. Um dos maiores exemplos nesse sentido acontece quando, frequentemente, projetos executados na Amazônia precisam se adequar e se enquadrar aos moldes de outras regiões do país, numa

posição de espaço periférico frente à cultura alheia. Em partes da Amazônia, a urbanização foi planejada pelo Estado e baseada não nos interesses sociais, mas sim econômicos, tornando-a excludente para diversos grupos populacionais.

Ao reconhecer o espaço e as paisagens como uma criação temporal e cultural, um conjunto de cicatrizes que podem ser benéficas, instiga-se pensar que a Amazônia urbana que é citada por Santos e Silveira (2012) como um Brasil próprio e peculiar, ou um dos quatro Brasis, pode refletir um acúmulo de experiências que datam desde os povos pré-colombianos, dos povos escravizados que fizeram da mata seu refúgio, e da exploração da floresta pela coroa até os dias atuais, com o advento da globalização (Santos 2023). Assim, a urbanização na cultura amazônica tem adotado por vezes uma redescoberta da natureza através dos espaços livres públicos, cuja rede urbana de características únicas não pode mais admitir uma universalização do homem, tampouco da sua cultura ou das suas formas de urbanizar e se apropriar da paisagem.

Dessa forma, este artigo investiga a complexidade sobre o reconhecimento e apreço popular à paisagem urbana na Amazônia Brasileira, observando a pluralidade das diferentes Amazônias, na qual a análise fundamenta-se em uma revisão de literatura apoiada em autores cujas obras discutem sobre territorialização e desenvolvimento regional amazônico. Ao contrapor esse embasamento teórico com o conceito de espacialização e um breve relato sobre o estudo de caso, o artigo explora como a sociedade se apropria e constrói vínculos com a cidade, revelando a estreita relação entre a cultura local e a produção do espaço urbano amazônico.

1.1 Objetivo

O objetivo deste trabalho é discutir sobre a construção social das paisagens na complexidade do tecido urbano amazônico, e como o uso dos espaços é influenciado pelos mecanismos de apropriação social e pelos vínculos criados entre estrutura, sociedade e cultura, em especial com as comunidades tradicionais, utilizando como estudo de caso para exemplificar a discussão uma cidade ribeirinha localizada na Amazônia, denominada Afuá, no Estado do Pará.

2 METODOLOGIA

A narrativa deste artigo foi construída a partir de uma revisão de literatura sobre a construção da Amazônia; e na investigação sobre os mecanismos de apropriação e dos vínculos criados entre a sociedade e a paisagem das cidades. Buscou-se compreender sobre o processo de urbanização Amazônico Brasileiro, enfatizando que existem diferentes Amazônias do ponto de vista urbanístico. Para isso, fez-se um apanhado sobre como o processo de ocupação da região é trabalhado na literatura, especialmente nas obras de Bertha Becker, Edna Castro, Saint-Clair Trindade e Porto Gonçalves, cujas principais abordagens são referentes à geografia, territorialização, desigualdade socioespacial, à cultura e ao desenvolvimento regional. Para tal, foram analisadas informações sobre a ocupação amazônica sintetizando informações históricas, processos geográficos e a evolução da urbanização.

Após a construção deste referencial através da leitura de livros, foram pesquisados artigos científicos publicados nacional e internacionalmente pelos mesmos autores, escritos em

português, espanhol e inglês. Dentre as contribuições desses autores, conceitos e diferenciações sobre as “cidades da floresta” e “cidades na floresta” tornam-se relevantes para apoiar as discussões, sendo o foco deste artigo as cidades ribeirinhas com urbanização fluvial. Para as discussões sobre espaços públicos e o direito à cidade frente as tradições urbanas amazônicas, o artigo foi fundamentado em abordagens clássicas sobre os agentes formadores da paisagem e a sua influência no campo social. O autor definido como principal para essa linha de raciocínio foi o geógrafo Milton Santos, sobre a construção do conceito de espaço enquanto estância social e condição de cidadania.

O estudo de caso foi motivado por Afuá se tratar de uma cidade ribeirinha, de raízes culturais amazônicas singulares na região paraense. O levantamento abrangeu o perímetro urbano de Afuá e foi detalhado a partir dos dados técnicos urbanísticos, tomados com as observações realizadas no período de 16 a 23 de setembro de 2023. Foi realizado *checklist* sobre as praças e demais espaços públicos, junto com tomada de fotografias e conversas com moradores locais sobre suas vivências e desfrute da cidade. Com o passar dos dias, algumas particularidades chamaram atenção sobre a necessidade de ajustar o *checklist*, ampliando a análise para além da infraestrutura urbana e paisagística, incluindo as condições vernaculares sobre o fazer a cidade e como elas se refletem na cultura local.

Dados secundários como quantitativos populacionais e outras coletas censitárias foram obtidas por consulta ao sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através do IBGE Cidades¹, tendo em vista que a plataforma reúne grande diversidade de informações produzidas pelo instituto ao longo de vários anos sobre os municípios brasileiros. O levantamento de dados técnicos ainda contou com a consulta a documentos deliberativos cujas informações são de domínio público, como as disponíveis na Lei nº 495/2022, de 08 de novembro de 2022 (Prefeitura de Afuá, 2022). A pesquisa sobre a mancha urbana foi feita com o auxílio do Google Earth², cujas imagens aéreas permitiram observar a malha urbanizada e identificar a presença e o dimensionamento de espaços públicos de lazer ou outras formas de acesso à biodiversidade dentro dos núcleos urbanizados.

3 A CONSTRUÇÃO TEMPORAL E ESPACIAL DAS URBES AMAZÔNICAS

Por mais que a urbanização na Amazônia tenha sido pautada em padrões distintos, explanados por diversos autores, destacam-se na realidade paraense dois padrões que em comum compartilhavam a lógica capitalista: O primeiro, que data de antes da década de 1960, chamado por Porto Gonçalves (2001) como “rio-várzea-floresta” e “cidades da floresta” por Castro (2009), sendo o mais importante para a discussão deste artigo; e o segundo a partir de 1966, chamado por Porto Gonçalves (2001) como “estrada-terra-firme-subsolo”, evidenciado pela abertura das estradas e pela modernização de algumas cidades ribeirinhas, baseado principalmente nos investimentos públicos em projetos desenvolvimentistas.

O primeiro período remonta à colonização amazônica desde quando a floresta começou a ser penetrada pelo colonizador português. Nesse sentido, os rios foram o principal meio de deslocamento entre regiões e foram determinantes para a ocupação e configuração urbana do território amazônico que conhecemos hoje, uma vez que às margens dos cursos

¹ Acesso em <https://cidades.ibge.gov.br/>

² Acesso em <https://earth.google.com/web/>

d'água surgiram aldeias que, posteriormente, se tornaram cidades de grande prestígio. Estimulados pelas maiores possibilidades de acesso à floresta, diversos foram os ciclos econômicos vividos pela Amazônia neste momento, como os impulsionados pelas drogas do sertão, o cacau e castanha. Neste artigo, destacam-se cidades que emergiram com a borracha, responsável pelo fluxo de povoamento mais importante para a Amazônia nesse período (Castro 2009). Esse ciclo foi antecessor de uma “crise profunda” de características comerciais, que reorganizou a dinâmica socioespacial na região, formando no interior da floresta uma “paisagem típica do caboclo ribeirinho” (Porto Gonçalves 2001, 93).

Dessa forma, até meados de 1960 as cidades pequenas que utilizavam da dinâmica natural dos rios na rotina da comunidade e que estabeleceram interações com o entorno imediato, como vilas e povoados próximos, fortaleciam o caráter da “vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada” (Trindade Júnior 2010, 118). Para Trindade Júnior (2010), as cidades ribeirinhas são assim chamadas não apenas pelo sentido óbvio, que é sua localização às margens das águas fluviais, mas pela relação íntima com a presença do rio. Comunidades ribeirinhas não são apenas cidades, são grandes grupos, populações inteiras usando o rio para a circulação rotineira, laboral ou para o lazer, como fonte de recursos de abastecimento alimentar, de potencial comercial e muitas outras simbologias.

A Amazônia brasileira como conhecemos hoje é fruto de múltiplas culturas de muitos povos, que deixaram impressas marcas sociais e biológicas. Como diz Porto Gonçalves (2001), a Amazônia Lusíndia, parte indígena, parte lusa, teve na multidiversidade étnico racial influências consideráveis nos processos atuais, nos costumes, nas formas de habitar e se deslocar, na forma de lidar com as lavouras, com os animais, com o alimento e com o vínculo com o ambiente não domesticado. Ainda no período colonial, os indígenas, os caboclos ou pessoas do mato (Porto Gonçalves 2001) mostraram para o colonizador que conheciam o lugar e sabiam utilizar os recursos que as florestas e as águas disponibilizavam. Usavam ervas, óleos e essências para cura, madeiras e fibras para habitação e deslocamento, animais e vegetais para subsistência, venenos como alucinógenos e que serviam, inclusive, para caça. Sabiam conviver com os ciclos da chuva, dos rios e da lua, com o ambiente, e sabiam extrair dele tudo que era necessário para viver. Eram povos autossustentados ou, numa abordagem mais recente, sustentáveis.

De maneira a inventariar essa cultura, Porto Gonçalves (2001) apresentou um relatório muito vasto, ricamente detalhado acerca do saber tradicional amazônico, onde descreveu a inestimável herança indígena e as contribuições que as comunidades originárias deram para o colonizador conseguir sustentar sua permanência na região. No entanto, além destas influências, outras culturas foram inseridas nas cidades amazônicas e igualmente importantes para essa análise, como as da comunidade de escravizados que fugiram de propriedades escravocratas e se organizaram em vilas e pequenos grupos sociais, conhecidos como quilombos ou mocambos. Segundo Saunier e Cardoso (2025), tendo em vista a quantidade do número de rios, a sociedade escravagista da época dependia da navegação e quem a fazia para atender aos seus senhores era “o negro escravizado, forro e liberto” (Saunier, 2025, p. 8), o que lhes conferiu pleno domínio sobre os trajetos e as formas de deslocamento no interior da floresta através dos cursos d'água. Nesse sentido, os assentamentos ilegais organizados por essas comunidades se estabeleceram à proximidade com a água, ao longo dos rios e igarapés.

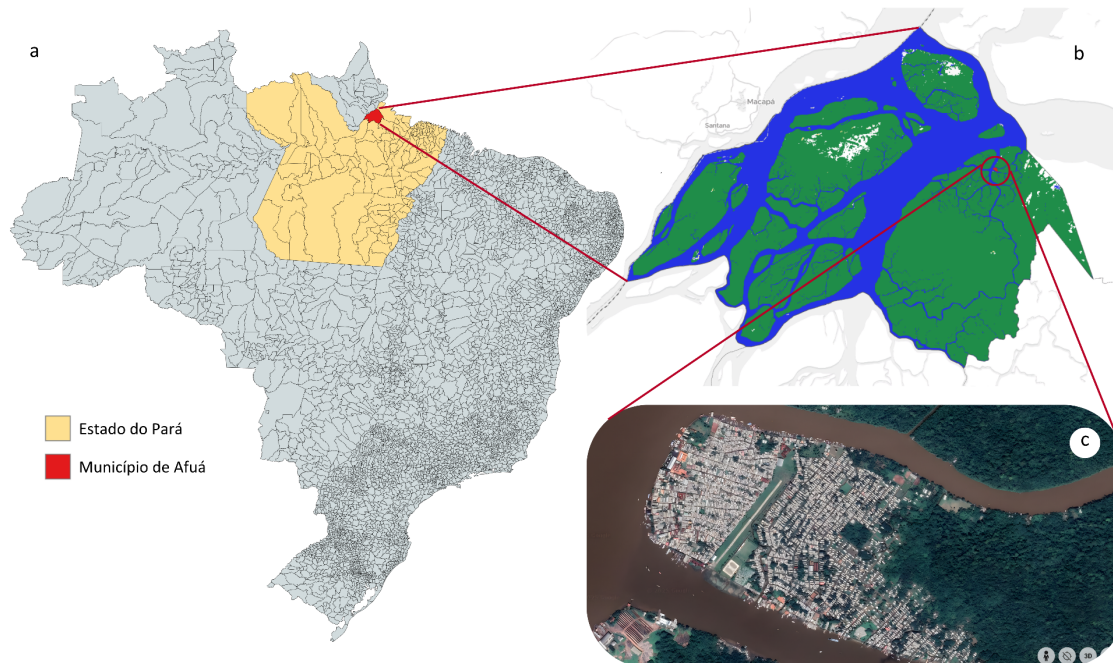
Com base nos estudos sobre o histórico de ocupação das terras ribeirinhas, nota-se que a Amazônia adquiriu padrões culturais que se mesclaram entre si, que têm passado por um

processo de apagamento com o tempo como resultado de influências e intervenções externas tão desgastantes. Dessa forma, associado aos relatos e pesquisas sobre o saber tradicional e a cultura amazônica, que muito impactam nas questões urbanísticas, a seguir se apresenta uma reflexão sobre como as comunidades tradicionais amazônicas, que resistem dentro dos ambientes citadinos, têm demonstrado sua cultura em ambientes essencialmente globalizados.

3.1 A urbanização ribeirinha como uma paisagem vernacular.

Para ilustrar as discussões com um pequeno recorte amazônico a ser explanado como exemplo, o artigo foi construído sobre o estudo de caso de Afuá (figura 2), um município localizado na região noroeste da Ilha de Marajó, no Estado do Pará, distante 275km de Belém, cujos acessos são feitos ou por aviões de pequeno porte fretados, ou o mais comum, por transporte fluvial que dura em média 36 horas, devido às condições sinuosas do trajeto. Segundo o Censo de 2022, Afuá possuía população de 37.765 pessoas e densidade demográfica de 4,53 habitante por quilômetro quadrado, o que a configura como uma cidade pequena e de caráter predominantemente extrativista (IBGE 2023a). A área da unidade territorial de Afuá é de 8.338,438 km², no entanto, em 2019 apenas 1,69 km² era urbanizado (IBGE 2023b).

Figura 2 - a. Localização do Estado do Pará e do município de Afuá no território brasileiro; b. Localização da cidade de Afuá dentro do território municipal; c. Núcleo urbanizado de Afuá.



Fonte: Imagens adaptadas pela autora de: a. MapChart, s.d., 2026; b. MapBiomias, 2024; c. Google Earth, 2024.

O processo de ocupação territorial de Afuá iniciou-se pela fundação de uma vila às margens do rio e que posteriormente se transformou em cidade. Algo bem característico do desenvolvimento de muitas cidades na Ilha do Marajó, onde os cursos d'água não desempenharam apenas papel fronteiro, mas de comunicação e de rotas naturais. A cidade ribeirinha foi fundada em 1845, numa localidade considerada apropriada para portos e paragem

de trânsito no estuário amazônico. O território, isolado geograficamente, tinha acesso exclusivamente pelo rio e igarapés que cortam o arquipélago (Costa 2020).

A cidade se desenvolveu frente aos interesses econômicos da época, como discorre Becker (2013) sobre a ocupação de territórios amazônicos localizados em áreas de densidade populacional muito baixa e que concentraram pessoas com a mesma motivação entre si. Nesse caso, interesses extrativistas em busca de cultivo e negociação de matérias primas (Cardoso, Vicente e Brito 2021). Em Afuá o extrativismo se desdobrou em torno da borracha, e entre 1840 a 1870, parte da Ilha do Marajó, que ainda habitada por descendentes diretos dos indígenas e que já possuía quilombos e mocambos como alternativas ilegais de ocupação (Saunier e Cardoso, 2025), recebeu seringueiros e negociantes que vinham em busca do caucho. Registros compilados por Costa (2020) mostram que em 1900, o Estado do Pará era o maior produtor de borracha do Brasil e Afuá estava entre os dez municípios responsáveis por 70% de toda a produção nacional.

Desde os primeiros registros sobre a cidade em 1900, quando Penna (1875), caracterizou Afuá como uma pequena vila extrativista, houve uma lenta progressão urbanística na cidade, tanto em densidade demográfica quanto em expansão física e de infraestrutura nos moldes colonialistas de ocupação. Ao observar a cartografia atualizada pelo Projeto MapBiomias, referente à cobertura vegetal (figura 1b), nota-se que a ação humana na região foi pouquíssimo expressiva no território municipal e concentrada no núcleo urbanizado, o que em partes se deve à presença do Parque Estadual do Charapucu – PEC³. Segundo o Projeto, 33,4% do território municipal é composto por corpos d'água e aproximadamente 64,9%, formado por florestas. A urbanização se encontra nos menos de 2% restantes (Projeto MapBiomias, 2024).

O núcleo urbano de Afuá ainda mantém costumes predominantemente tradicionais, o que inclui as formas de habitar num modelo de ocupação amazônica inserido no ecossistema, onde o rio, conforme Porto Gonçalves (2001) não só é a água que circula no interior da floresta, mas é determinante para a vida econômica, cultural e social. Dessa forma, o modelo urbano adotado por Afuá traz um questionamento cívico muito forte, que para Santos (2024), parte da visão da sociedade como um todo e para todos, onde a organização do espaço e a gestão da paisagem são fundamentais. Para reconhecer o modelo cívico de Afuá como algo de raízes culturais, é necessário compreender o quão importante é a preservação e o uso de tipologias e materiais tão característicos da região amazônica, e que são sinônimo de pobreza e de baixa qualidade de vida para outras realidades mais urbanas. O valor que o uso do rio e as construções em madeira têm para comunidades amazônicas, como a de Afuá, é muito mais imaterial do que material.

Penna descreveu em 1875 o núcleo urbano afuaense como um lugar construído sobre um terreno alagadiço, a várzea do rio Afuá, constantemente invadido pelas águas condicionando as construções ao modelo palafítico: tudo era construído sobre estacas de madeira e troncos de muruti ao longo de caminhos abertos por uma única rua. O pequeno núcleo urbanizado era composto por fileiras de casas ao longo do igarapé e do rio, com trapiches em constante movimento de cargas deslocadas pelas canoas e barcos entre a cidade e o seringal, incorporando o nível das marés na sua vida cotidiana (Penna 1875). Em concordância com Penna, Henry Bates, foi outro autor que evidenciou as particularidades das comunidades paraenses, chamando-as

³ O Parque Estadual do Charapucu contribuiu consideravelmente para o pouco desmatamento da região, devido aos mais de 65 hectares de área protegida.

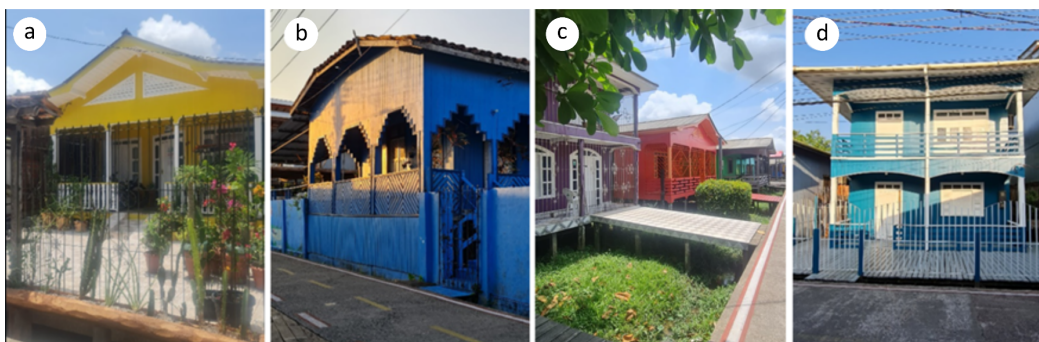
de semiaquáticas e descrevendo que as casas e aldeias à beira d'água desfrutavam de comunicação fluvial e possuíam características muito singulares (Saunier e Cardoso, 2025).

A tipologia arquitetônica palafítica é caracterizada pelas construções sobre as águas, com pilotis de madeira, interligadas umas às outras ou à terra firme através de pontes ou passarelas chamadas de estivas. Essas construções são características da cultura ribeirinha, acostumada a lidar com as cheias periódicas dos cursos d'água. Típicas de espaços alagáveis como mangues, pântanos e outras áreas da floresta, como às margens de rios e igarapés, são erguidas acima do nível máximo que a maré chega e são um padrão arquitetônico plenamente adaptado às regiões de clima úmido com chuvas abundantes (Weimer 2005, Bahamón e Álvarez 2009).

Bahamón e Álvarez (2009) trataram sobre a importância das palafitas e estivas para os povos tradicionais da floresta, com registros da sua utilização datados em quase cinco mil anos, que evidenciam o saber passado entre gerações sobre como essas comunidades se apropriavam do ritmo das águas. Dessa forma, o desenvolvimento desses povos dentro da floresta estava condicionado ao conhecimento dos ciclos naturais do meio onde se inseriam, o que para Perdigão (2016) é uma inestimável manifestação cultural de respeito às tradições amazônicas, tendo em vista que reflete a resistência de um povo e a raiz que ele possui.

A técnica utilizada nas construções palafíticas de Afuá tem fundamento na arquitetura vernacular, aquela que transmite intenção cultural ao observador, normalmente pelo emprego de recursos estéticos, técnicas diferenciadas e de materiais construtivos mais abundantes na região. Dessa forma, Afuá é reconhecida no Estado do Pará pelo apelo visual e estético das vias estivas, ornadas com capricho pelas casas de madeira bem-feitas e organizadas que seguem uma estética própria (Figura 3). As fachadas são pintadas em cores primárias e fortes; os telhados são aparentes com grandes beirais e ornamentações; nestas edificações, encontra-se uma infinidade de modelos para esquadrias e balaustradas (Mesquita 2017).

Figura 3 - A composição estética das casas de Afuá, em madeira e com muitas cores



Fonte: Autora, 2023.

Ao caminhar pelas estivas de Afuá nota-se a alegria das cores vivas, escolhidas pelos moradores para destacar suas casas. Esse apelo visual é uma característica qualitativa muito forte do lugar, que age inclusive como facilitador para a criação das paisagens e mapas mentais sobre os caminhos da cidade (Lynch 2011), com vias que formam um trajeto onde pulsa a vida urbana (Jacobs 2011). É curioso imaginar que essas pontes e habitações em madeira, que tendem a ser subjugadas como uma característica que remete à favelização nas grandes cidades,

possui adornos estruturais capazes de elevar a qualidade dos percursos e de sustentar a vitalidade da cidade.

Nota-se que a caminhabilidade é incentivada pela qualidade da paisagem urbana que foi desenhada pela comunidade, para que as estivas se tornassem espaços acolhedores aos que transitam por elas. Assim, a paisagem se estabelece e o espaço urbano vai sendo apropriado através da circulação de pessoas: dos moradores locais, que transitam pelas pontes para manter sua rotina; das crianças, que brincam de pular das pontes na época de cheia; dos visitantes, curiosos em vislumbrar os caminhos ribeirinhos numa realidade, muitas vezes, distante dos seus lugares de origem, lugares onde a globalização apagou, ou nunca deixou existir, reminiscências da vida cabocla amazônica.

Em Afuá a infraestrutura viária, que pode parecer precária aos olhos leigos, principalmente pelo uso da madeira sem beneficiamento nos bairros mais pobres, possui uma lógica de afeto e acolhimento aos transeuntes. Em vários trechos existem guarda-corpos e corrimãos para aumentar a segurança (Figura 4a); a largura das vias é compatível para trânsito de bicíclo e pedestres concomitantemente (Figura 4b); além de existirem diversos pontos para descanso ao longo dos percursos (Figura 4c), dotados de infraestrutura básica para o conforto e segurança como bancos, lixeira, floreiras, arborização, pergolados e iluminação pública geral (Figura 4d).

Figura 4 - Infraestrutura das vias estivas, para auxiliar na caminhabilidade

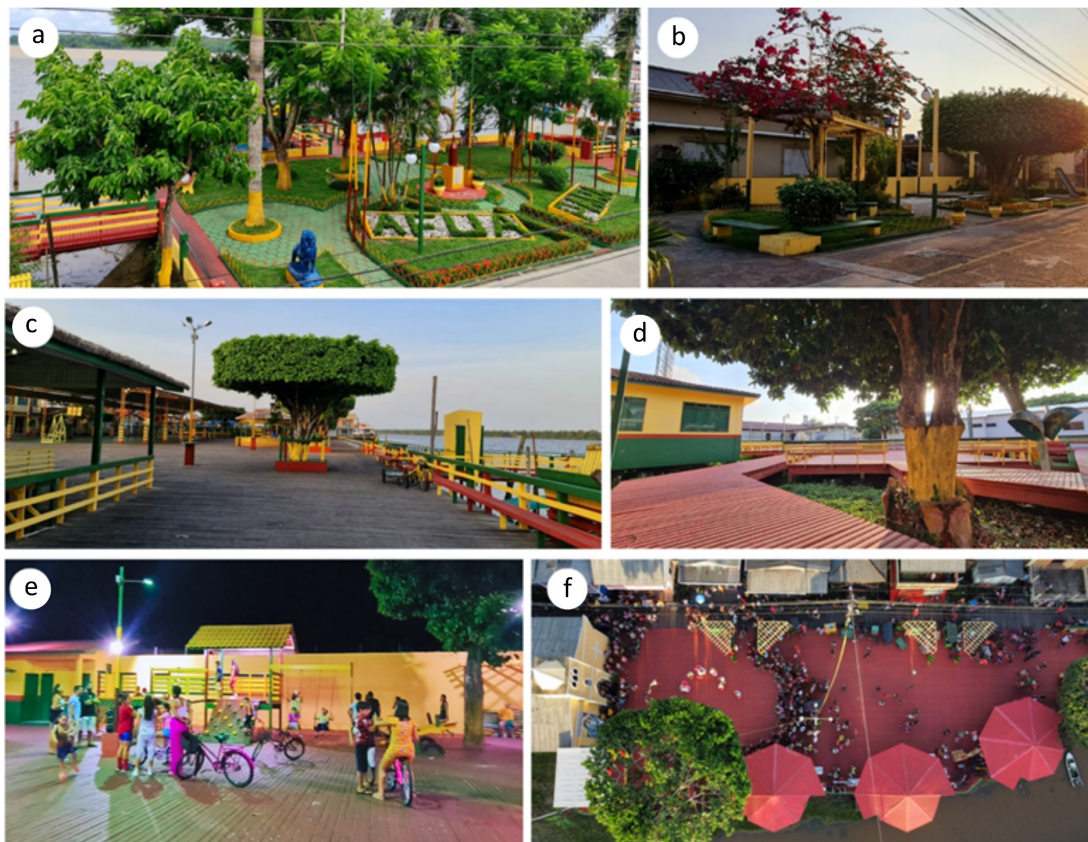


Fonte: Autora, 2023.

Outra questão importante para a construção do espaço é o fato de que as estivas orientaram o bom funcionamento da mobilidade urbana em Afuá como um recurso de identidade e pertencimento comunitário, definido através das relações entre cidade e cidadão (Carlos, 2007; Gehl, 2013). Essas vias ancestrais são utilizadas exclusivamente para a mobilidade urbana sustentável, onde pedestres e bicicletas dividem o espaço das estivas e existe uma proibição municipal para o trânsito de motorizados nas vias conforme a Lei nº 495 de 2022.

O ato de habitar a cidade se refere a um sentido mais amplo que o atribuído à moradia, englobando a condição de usufruir o espaço, ao direito assegurado à cidade e suas diversas formas de utilização: pelo lazer, pelo trajeto, pela paisagem que deve ser sentida e vivenciada e se tornar uma verdadeira experiência de afeição cotidiana (Lima *et al.*, 2017). Nesse sentido, observou-se que Afuá possui diversas praças e espaços de convívio (Figura 5), onde nota-se que o vínculo afetivo que as pessoas têm com esses espaços acontece principalmente pela utilização do material tradicional, a madeira, e de outras características da região alagada, como é o caso da vegetação ou o uso de áreas que podem ficar inundadas periodicamente.

Figura 5 - Espaços públicos de convívio, lazer e contemplação em Afuá. a. Praça do Leão; b. Área de convívio; c. Praça Albertino Baraúna; d. Praça da Bíblia; e. Praça Micaela Ferreira; f. Praça Nossa Senhora do Bom Remédio



Fonte: Autora, 2023, a.b.c.d.e.; Prefeitura Municipal de Afuá, 2024.

Nota-se que, dentre esses espaços, dois foram confeccionados sobre concreto (Figuras 5a e 5b). Na praça do Leão, (Figura 5a) o nome da cidade foi escrito de forma muito orquestrada com a vegetação. A praça possui paisagismo e alguns elementos que remetem às praças cujo ambiente é controlado através da domesticação da natureza. Provavelmente, essa sensação é transmitida pelo uso da topiaria de espécies e outros elementos de ornamentação, como grades de contenção dos canteiros, postes de iluminação geral, estátuas, bancos, floreiras, vasos, guarda-corpos e trapiche. O piso é em bloco de concreto intertravado e as cores da praça ornaram com o restante da ornamentação da cidade: amarelo, vermelho e verde.

Tudo nela é contido, desde os espaços para caminhar, os lugares onde se deve sentar, os desenhos que a vegetação deve fazer. Essa praça é um dos cartões postais da cidade, o que faz com que ela esteja em manutenção constante, e sob olhos atentos da municipalidade. Logo em frente, existe uma pequena e aconchegante praça (Figura 5b), com floreiras com espécies coloridas, arborização e áreas sombreadas, com canteiro delimitado por pequenos bancos, igualmente em concreto. A ornamentação segue os mesmos padrões, com grades decorativas para proteger os canteiros e alguns vasos.

Essa é a vista que se tem ao adentrar a cidade. O primeiro contato na cidade ribeirinha e tão particular, reflete um resquício da organização lusa, do ambiente artificializado. Porém, ao buscar por outros espaços livres de lazer dentro da cidade, percebe-se que a herança cultural amazônica é muito mais forte e mais nítida na memória coletiva.

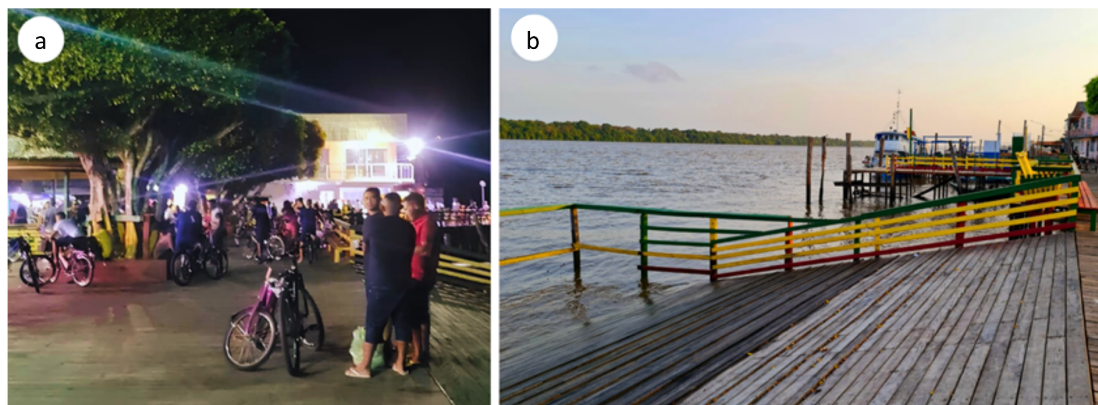
Nas demais praças (Figuras 5c a 5f), usou-se a madeira para construir os pisos em forma de tablados, os guarda-corpos, bancos, lixeiras, floreiras e canteiros. A utilização da madeira remete a uma condição de aconchego e os bancos, sempre coloridos e sob árvores, proporcionam à comunidade a sensação de pertencimento àquele lugar. As cores utilizadas para ornamentação são vermelho, amarelo e verde, além da madeira selada com o verniz. Uma particularidade encontrada nessas praças é que são ambientes um pouco mais descampados que as praças descritas primeiro (Figuras 5a e 5b). Porém isso provavelmente se justifica por serem espaços cívicos em dados momentos, e por esse motivo o extenso tablado de madeira se torna palco para manifestações culturais, sociais e políticas.

A Praça Albertino Baraúna (Figura 5c) representa um espaço dos mais significativos na cidade, repleto de tradição e que se destaca na paisagem urbana da cidade pelo seu apelo, tão representativo, da cultura e da vida social da comunidade local. Nela, foi construído um palco que serve como ponto focal para a reunião cultural mais significativa do município, conhecida como Festival do Camarão, que remete a uma das principais formas de sustento da região: a pesca do crustáceo. Durante os dias que acolhem o evento, realizado no mês de julho, a praça se transforma em um centro de atividades ainda mais vibrante, onde acontecem apresentações musicais, exposições, atividades recreativas e competições.

Ao redor dessa praça existem diversos prédios públicos como a Prefeitura, o Fórum, o Ministério Público, o Cartório e uma escola estadual. Dentro do polígono da praça foi construída uma quadra de concreto, idealizada para acomodar atividades de lazer e esportes, promovendo assim um estilo de vida ativo e saudável entre os membros da comunidade, principalmente crianças e adolescentes. Existem diversos quiosques de comidas sendo algumas regionais, como é o caso do açaí e de sucos das mais diversas frutas da região, como o cupuaçu, bacuri e graviola.

A praça é um centro ativo de interação e principalmente, e engajamento social (Figura 6). Durante o dia inteiro existe um fluxo constante de pessoas: Algumas estão no local devido ao uso das instalações e prédios públicos da municipalidade; outros são estudantes durante o trajeto entre suas casas e a escola ou utilizando a quadra esportiva em horários alternados ao longo do dia. Durante a noite (Figura 6a), quando o calor diminui, a praça fica ainda mais animada, com as muitas barracas e carrinhos de lanches frequentados pela comunidade não só para se alimentar, mas para socializar, celebrar e participar de várias formas de entretenimento.

Figura 6 - Praça Albertino Baraúna. a. Movimento noturno. b. Rampa para o banho no rio.



Fonte: Autora (2023).

Nesse sentido, a essa praça configura como um espaço multifacetado que não apenas promove a expressão cultural, mas também promove a interação entre residentes e visitantes, contribuindo significativamente para a construção da paisagem cultural do município. No entanto, essa praça recebeu uma atenção especial neste artigo não apenas pela sua configuração paisagística, mas sim por ser, aparentemente, o espaço de maior reflexão do orgulho cívico e da identidade coletiva na cidade de Afuá.

Nessa praça existe um equipamento muito importante para a cidade, que tem uma relação muito estreita com a urbanidade local por ser um ambiente que proporciona lazer à comunidade: A piscina comunitária ou prainha. Foi construída uma rampa semelhante ao que seria uma prainha na orla. É uma estrutura de lazer, construída com tablados inclinados em direção da água, com uma delimitação feita com um guarda-corpo pintado, sinalizando onde é a área segura para banho.

É interessante observar a dinâmica no uso desse espaço, que pode mudar todos os dias, de acordo com a elevação do nível do rio ou com a época do ano, quando ocorre o aumento da frequência e intensidade das chuvas. Na maré baixa, o piso fica totalmente exposto e é utilizado pelas pessoas como extensão da praça. Na ocasião da visita para pesquisa de campo, durante a noite foram observadas pessoas dançando no tablado da rampa, enquanto as barracas de comida estavam com seus aparelhos eletrônicos ligados, tocando músicas. Com o aumento do nível d'água, os adultos e crianças vem de outros pontos da cidade se encontrar para tomar banho em segurança, e aproveitam para se refrescar e brincar.

Levando em conta que, para Santos (2006), o espaço é um sistema de ações e objetos que dialogam entre si, percebe-se que o espaço urbano de Afuá foi capaz de criar, ou de ser criado, através do conjunto de ações e particularidades que a sociedade carrega, das suas memórias talvez de uma época longínqua. Essas características levam à criação de áreas de socialização e de apropriação, conforme o que diz Carlos (2007), de que apropriar-se é ver naquele local uma particularidade, algo que estabeleça vínculo entre o cidadão e o lugar. Sem isso, o lugar é apenas um espaço, nada mais.

4 CONCLUSÃO: SOBRE AS MUDANÇAS NA PAISAGEM QUE COLOCAM MEMÓRIAS COLETIVAS EM RISCO

Os povos amazônicos adquiriram através da sua miscigenação um grande conhecimento sobre as águas e sobre o seu potencial como criadouro de peixes, plantas e diversos outros animais que eram atraídos para os espaços alagados ou alagáveis. Reconheciam diferenças entre a qualidade das águas barrentas e das águas pretas, assim como conseguiam distinguir a resistência das madeiras de lei e das madeiras brancas, a depender se as espécies eram encontradas em terras secas ou inundadas (Porto Gonçalves 2001).

A convivência desses povos com o regime das cheias e chuvas também lhes conferiu grande experiência sobre lugares seguros para habitar, para plantar, para se deslocar. O deslocamento, inclusive, não era interrompido na travessia dos rios, nem com o trânsito seguindo a extensão dos cursos d'água, além do domínio da técnica para utilizar dos recursos naturais, como madeiras e outros elementos para a construção de balsas, remos e jangadas, era de total conhecimento as facilidades ou os perigos existentes dentro das águas e das florestas (Porto Gonçalves 2001).

Na cidade de Afuá as estivas elevadas sobre o solo de várzea evidenciam uma relação harmoniosa da comunidade com a variação das águas. As habitações em madeira, com grande esmero visual dos seus proprietários, compõem um acervo artístico a céu aberto, para os que transitam pelas vias, que jamais podem ser chamadas de ruas. Enquanto as ruas são elementos estruturais tradicionalmente colonialistas, as estivas são símbolo de resistência cultural amazônica.

A estratégia urbanística usada pela comunidade em Afuá é um recurso tradicional e funcional, que respeita a natureza e as características da região. O saber tradicional que essa sociedade carrega consigo, desde antes do momento em que outras culturas se fizeram presentes, confere à cidade uma das particularidades mais notáveis aqui descritas: a capacidade adaptativa das comunidades tradicionais ribeirinhas em relação à elevação dos níveis dos rios, que varia diariamente e se intensifica no período chuvoso. São conhecimentos passados entre gerações, técnicas dominadas para a sobrevivência e convivência harmoniosa da sociedade em áreas alagáveis. Mas não somente isso: são potentes recursos para a composição da paisagem urbana.

Requisitos culturais e imateriais, intrínsecos às regiões, muitas vezes tendem a ser subavaliados em detrimento de adequações higienistas de urbanização, ou por externalidades como às impostas pelo capital. Durante a visita de campo, houve uma infeliz constatação sobre algo que já foi externado em outros trabalhos (Cardoso; Vicente e Brito 2021, Mesquita 2017). Até 2022, poucas vias-estivas eram concretadas, porém em 2025 grande parte da madeira usada para construir as estivas na parte mais antiga da cidade já foi substituída por concreto. Conforme ressaltado pelos autores num primeiro momento, e informado pelos moradores locais mais recentemente, a comunidade tem encontrado barreiras para a aquisição da madeira que tem se tornado escassa e cara para os locais. O material tem sido exportado para outros comércios e aumentado seu valor para compra.

Dessa forma, têm ocorrido alterações significativas não só na paisagem urbana, mas nas tipologias arquitetônicas que pouco a pouco vêm sendo igualmente modificadas para alvenaria. O uso de concreto ao invés da madeira descaracteriza região e a relação comunitária de aproximação com as águas e com o saber tradicional, como o reconhecimento de qual espécie de madeira se deve usar para o deslocamento, para técnicas construtivas, para o ornamento, para a construção de criadouros ou de armadilhas, para seguir a rotina.

Levando em conta que as cidades são um produto coletivo cultural e histórico da sociedade, conforme tantas vezes ressaltado por Santos (2006; 2024), esse artigo finaliza a discussão trazendo uma inquietação para o leitor, sobre para onde caminham as cidades amazônicas. O patrimônio cultural imaterial e a capacidade de adaptação proativa de comunidades tradicionais, que foram elementos sustentados por mais de um século pelos habitantes de Afuá, pode estar em risco frente a essas mudanças impostas pelo capital? É possível que sim.

Dessa forma, se tende a reforçar cada vez mais a estigmatização que as cidades amazônicas sempre experienciaram, de que o conhecimento ancestral das suas comunidades pode ser substituído sem grandes prejuízos. Ou pior que isso, como se a substituição dessa tradição fosse um requisito obrigatório para a modernidade. A alternativa de valorizar a perspectiva dos povos originários como detentores de um conhecimento eficaz para construir

seus próprios espaços é, a essa altura, a melhor alternativa para tentar promover não só a identidade cultural, mas devolver a noção de civilidade dos povos amazônicos.

5 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BAHAMÓN, Alejandro; ÁLVAREZ, Ana María. **Palafito: de arquitectura vernácula a contemporânea**. Barcelona: Parramón Ediciones, 2009.

BECKER, Bertha. **Urbe amazônida**. 1. ed. São Paulo: Garamond, 2013.

CARDOSO, Ana Cláudia; VICENTE, Letícia Ribeiro; BRITO, Romario. Espacialidades da várzea amazônica: os casos de Afuá, Mocajuba e Belém. **Revista Paranoá**, n. 29, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n29.2021.05>. Acesso em: 20 jan. 2026.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTRO, Edna. **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da. Da construção à instalação de uma cidade no estado do Pará: a formação da cidade de Afuá. **História**, v. 39, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2020019>. Acesso em: 20 jan. 2026.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOOGLE EARTH. Google Earth. 2024. Disponível em: <https://earth.google.com>. Acesso em: 20 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022**. 2023a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/afua/pesquisa/10102/122229>. Acesso em: 20 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Panorama: Afuá. 2023b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/afua/panorama>. Acesso em: 20 jan. 2026.

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LIMA, Catharina Elaine de Albuquerque et al. O direito ao (in)compressível: arte, cidade, paisagem e transformação social. **RUA**, v. 23, n. 2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rua.v23i2.8651144>. Acesso em: 20 jan. 2026.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MAPCHART. MapChart. [s. d.]. Disponível em: <https://www.mapchart.net>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MESQUITA, Fernando José Lima de. **Arquitetura vernacular ribeirinha, patrimônio cultural nas Amazônia: o caso de Afuá-PA**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FM_peg_pós%20defesa_v01_01%20-%202011_04_2018.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. **A ilha de Marajó: relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides**. Belém: Biblioteca Pública do Pará, 1875. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/livros/ailhademarajo1875/52/>. Acesso em: 15 set. 2025.

PERDIGÃO, Ana Kláudia. Tipo e tipologia na palafita amazônica da cidade de Afuá. **Revista VIRUS**, n. 13, p. 1-12, 2016. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus13/?sec=4&item=2&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2026.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ. Lei nº 495/2022, de 8 de novembro de 2022. Dispõe sobre a proibição de tráfego de veículos automotores no âmbito urbano e passarelas das vias da zona rural do município de Afuá (PA). Afuá, 2022. Disponível em: <https://afua.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/LEI-495-GAB-PMA.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ. Inauguração da nova Praça Nossa Senhora do Bom Remédio. 2024. Disponível em: <https://afua.pa.gov.br/inauguracao-da-nova-praca-nossa-senhora-do-bom-remedio/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

PROJETO MAPBIOMAS. Uso e cobertura da terra no Brasil: coleção 9. [s. d.]. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2023.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2024.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2025.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SAUNIER, Catarine de Nazaré Moreira; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. Senhores das águas: quilombos da Amazônia paraense (século XIX). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 33, p. 1-40, 2025. DOI: <https://doi.org/10.11606/1982-02672025v33e9>. Acesso em: 10 fev. 2026.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 51, p. 113-150, 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i51p113-150>. Acesso em: 10 fev. 2026.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.